

Em votação histórica, deputados da Argentina aprovam aborto

Mudança na lei recebeu 129 votos a favor e 125 contra; texto segue para o Senado

[\(Folha de S.Paulo, 14/06/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A lei que [permite o aborto](#) até a 14ª semana, e apenas por decisão da mulher, teve na madrugada deste dia 14 uma disputa renhida na [Câmara dos Deputados](#) da Argentina.

Saiu dali aprovada, com 129 a favor, 125 contrários e uma abstenção. Agora, com a chamada “meia-sanção”, o projeto tem de ser aprovado também pelo Senado, de maioria peronista. O presidente Mauricio Macri se declara pró-vida e contra a lei, mas reafirmou diversas vezes que, se a legislação [passasse pelo Congresso](#), não a vetaria.

Caso a medida passe pelo crivo da segunda Casa, a Argentina passará a ser um dos quatro países latino-americanos (ao lado de Uruguai, Cuba e Guiana, além de Porto Rico, estado associado aos EUA) que permitem o aborto em qualquer circunstância e apenas por decisão da mãe, nos primeiros estágios da gravidez (varia entre 8 e 14 semanas).

Leia mais:

[Legalização do Aborto: Mobilização de mulheres na política foi determinante para o debate sobre aborto na Argentina \(HuffPost Brasil, 15/06/2018\)](#)

[Após uma espera de 97 anos, legalização do aborto é aprovada na Argentina \(Ponte, 14/06/2018\)](#)

[O debate sobre a legalização do aborto na Argentina, em imagens \(El País, 13/06/2018\)](#)

Ainda assim, é pouco: de 3% da população latino-americana que têm direito a esse recurso, se passaria a um alcance de 10%. “Mas pode haver repercussões em toda a América Latina por causa da importância da Argentina da região”, disse à Folha a militante e escritora Claudia Piñeiro.

Quem usou o argumento do “mapa do atraso” em seu voto foi, ironicamente, um deputado governista, Fernando Iglesias, que levou um diagrama mostrando que todos os países ocidentais do norte (Europa e União Europeia) têm legislações de aborto mais avançadas que os da América Latina. Foi aplaudido por seus arqui-inimigos, os parlamentares da esquerda e do peronismo kirchnerista.

Até agora, a mulher argentina só pode abortar legalmente em três condições: risco de vida da mãe, má-formação do feto e estupro —com autorização de um tribunal que confirme o crime. Em outros casos, se a mulher for pega realizando um aborto clandestino, pode receber uma pena de até quatro anos de prisão.

As hospitalizações por complicações em tentativas de aborto clandestino são, em média, de 50 mil ao ano, e as mortes no mesmo intervalo giram em torno de 60, segundo entidades de direitos da mulher.

A maratona de votação na Câmara durou mais de 20 horas. Em um Congresso com mais de 30% de representação feminina, houve muitas deputadas, principalmente de regiões mais pobres afastadas da capital, que se manifestaram contra.

Os representantes dessas regiões insistiram que, para além de suas convicções, não teriam como cumprir a medida por deficiências no sistema de saúde.

O deputado Martín Grande, de Salta, disse que a fila para atendimento de saúde pública em sua província é de no mínimo seis meses. “Em Salta, do jeito que está o sistema de saúde, é inviável [a legalização do aborto]”.

Alguém lembrou o deputado, no bate-boca do Congresso, que isso também ocorre no Uruguai, e que o governo manda médicos de Montevideu para suprir essa carência ou traslada a mulher a uma cidade grande, se for o caso.

Os argumentos não saíram muito do embate tradicional: os pró-vida alegando que a vida começa na concepção, e os pró-escolha, de que se trata de um direito da mulher.

A deputada Victoria Donda, do Libres del Sur, foi das mais enfáticas na defesa da lei e, nos intervalos, falou com os indecisos para que optassem pelo “sim”.

No momento em que o empate parecia não ter resolução, Donda pediu publicamente que o presidente Macri se pronunciasse. Este, porém, permaneceu na residência oficial, em Olivos, longe da confusão. Disse, horas antes, que não ia dar declarações que pudessem interferir, nem para um lado, nem para outro.

Outro que votou a favor também de modo surpreendente foi Máximo Kirchner, filho da ex-presidente Cristina Kirchner. Apesar de a mãe ter sido sempre contra o aborto, Máximo se manifestou a favor e contou uma experiência pessoal baseada nos abortos naturais pelos quais sua ex-mulher passou.

“O aborto é sempre ruim e traumatizante. Não creio que nenhuma mulher opte por isso se não for o último recurso. Mas a decisão tem de ser delas.”

O peronista não kirchnerista Felipe Solá afirmou que a lei era uma questão de saúde pública, porque os abortos continuariam acontecendo. Disse que votaria a favor.

O deputado governista Nicolás Massot, contrário à legislação, foi acusado pela oposição de prometer cargos e verbas nos corredores a quem votasse com ele.

Importante referência do governo na Câmara, a deputada mais votada das últimas eleições e alinhada a Macri Elisa Carrió minimizou o debate. “Este não é um debate histórico, e sim trivial. Não tenho nada a dizer, vocês conhecem o que penso.” Ela votaria contra.

Tradicionalmente, na Argentina, a sessão para aprovação de uma lei inclui discursos de 5 a 10 minutos de duração (muitos se excedem). Na Câmara argentina, há 257 parlamentares. Por isso, o processo toma muito tempo. Apenas no final é que se vota, por meio de um painel eletrônico.

Do lado de fora do Congresso, manifestantes pró e contra fizeram vigília

quase toda a noite. Foram apelidados de “onda celeste” (pró-vida) e “onda verde” (pró-aborto).

Pela manhã, restavam poucos da “onda celeste”, mas muitos da “onda verde”, composta de muitos jovens, homens e mulheres, que mantiveram o ânimo o tempo todo. A noite foi fria (no meio da madrugada, a sensação térmica era de 3°C), e cobertores e mate quente foram compartilhados por cada grupo.

Os pró-legislação gritavam “aborto seguro, legal e no hospital”, enquanto os contra entoavam “Olelé, olalá, se esta não é a vida, a vida onde está?” -e exibiam uma imagem gigante de um ultrassom com um feto de poucas semanas.

Os que votaram a favor fizeram muitas menções a um dos médicos mais famosos do país, René Favaloro (1923-2000), de reputação reconhecida por todos os lados do espectro político e que dizia que “legalizar não quer dizer autorizar que todo mundo faça um aborto só porque é legal, mas sim que as pobres desgraçadas [sic] deste país não caiam no submundo horroroso que as pode levar à morte”.

Houve alguma confusão no final, por causa de deputados que disseram que seu voto não apareceu na tela. Depois de correções feitas pelo presidente da casa, Emilio Monzó, os números seguiram dando vitória à legislação.

Sylvia Colombo

Ter ‘presidenta’ fez diferença para as mulheres?

(BBC Brasil, 26/05/2016) Em 2010, quando Dilma Rousseff assumiu a Presidência como a primeira representante feminina no posto mais

importante do país, a expectativa das mulheres era grande.

Esperava-se que a ex-ministra da Casa Civil pudesse ser a voz que elas não tinham em Brasília - já que, no Congresso, a participação feminina beirava os 10%.

Cinco anos e meio depois, Dilma se despediu do Planalto ao menos temporariamente e deixou um legado que, para ativistas e cientistas políticas, “foi bom, mas poderia ter sido melhor”.

Especialistas ouvidas pela BBC Brasil citaram principalmente avanços na questão do combate à violência doméstica, da representatividade na política e da independência financeira da mulher.

As maiores críticas ficaram por conta de dois temas polêmicos: os direitos reprodutivos e a questão da diversidade sexual.

Já o recém-iniciado governo do presidente interino, Michel Temer, começou sob protestos pela escolha de um ministério 100% masculino. Ainda assim, o peemedebista manteve a Secretaria da Mulher (que chegou a ter status de Ministério e foi reduzida por Dilma por causa do corte de gastos). A pasta deverá ser comandada pela ex-deputada Fátima Pelaes, do PMDB Mulher, que já foi confirmada no cargo no site do partido.

O nome foi criticado por feministas, já que ela fazia parte da bancada evangélica da Câmara e é presidente da Frente Parlamentar da Família em Apoio à Vida. Ela, que foi defensora da legalização do aborto em seus dois primeiros mandatos como deputada, mudou de posição ao virar evangélica e hoje advoga pela “defesa da vida e da família tradicional”.

Apesar disso, a nomeação da ex-consultora da ONU e especialista em Direitos Humanos, Flávia Piovesan, para a Secretaria de Direitos Humanos deixou um fio de esperança entre as defensoras das causas das mulheres.

A BBC Brasil preparou uma lista com algumas das principais reivindicações de grupos que defendem a igualdade de gênero e traz uma análise sobre o quanto esses tópicos avançaram ou retrocederam nos últimos anos, além de falar das expectativas para o próximo governo.

Representatividade da mulher na política

O Brasil ocupa o 121º lugar no ranking de igualdade entre homens e mulheres na política, segundo o ranking elaborado pelo IPU (Inter-Parliamentary Union) em 2013. Atualmente, 10% da Câmara dos Deputados é formada por mulheres e, no Senado, elas são 13%.

Por tudo isso, a participação feminina em secretarias e ministérios, segundo as especialistas, seria essencial para garantir não só a representatividade delas, como também para que as questões de gênero sejam colocadas em pauta.

“A democracia não se completa sem a participação real das mulheres. Mulheres e homens, no exercício da liderança política, devem estar comprometidos com a plataforma de direitos das mulheres dentre as grandes prioridades políticas”, afirmou à BBC Brasil Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil.

No aspecto dos ministérios, Dilma ganhou destaque por ter nomeado o maior número de ministras mulheres na história do país - foram 18 em cinco anos e meio de governo.

“Ela queria que fosse paridade de ministros, metade mulher e metade homem. Mas por conta de brigas internas do PT não foi. Isso foi uma diferença brutal, porque nunca tivemos um governo que tivesse um número tão grande de mulheres representadas. E isso estimula várias mulheres a participarem da política”, disse Maria do Socorro Braga, professora de Sistemas Democráticos e Teoria Política Democrática da Ufscar.

Nesse ponto, a falta de mulheres nos ministérios de Temer teve uma repercussão negativa tanto no Brasil, quanto internacionalmente. “Na situação atual, o Brasil passou a ser um dos pouquíssimos países do mundo sem mulheres no comando de ministérios”, pontuou Gasman.

“Não estamos debatendo que precisa ter mulher nesse ou naquele lugar só porque é mulher. Estamos dizendo que o Brasil no século XXI tem mulheres com capacidade para estar em qualquer um dos ministérios. E nós representamos 52% da população, que ali não está representada. Temos

muita gente qualificada”, avaliou Jacira Melo, do Instituto Patrícia Galvão.

Em uma das medidas para amenizar as críticas, Temer nomeou Flávia Piovesan para a Secretaria de Direitos Humanos. Em entrevista à BBC Brasil, ela admitiu que há necessidade de mais representatividade das mulheres – mas não só na política.

“Tem que avançar e espero que avancemos. Eu creio que temos que avançar em todas as áreas. No Executivo, no Legislativo, onde as mulheres são ainda 10%, no Judiciário. Ainda é muito reduzida nossa representatividade.”

Direitos reprodutivos

A questão que causa mais polêmica dentre as reivindicações de grupos de mulheres é a dos direitos reprodutivos – que incluem a luta pela legalização do aborto.

Com a primeira presidente mulher no poder, havia uma expectativa de que essa causa pudesse ser ao menos colocada em pauta na política brasileira. No entanto, não foi isso que aconteceu nos cinco anos e meio do governo Dilma.

“Para mim, uma das grandes tristezas do governo Dilma foi ver que a discussão sobre os direitos reprodutivos das mulheres não avançou em nada, pelo contrário. O tema foi totalmente silenciado”, disse à BBC a antropóloga Debora Diniz, do instituto de bioética Anis.

“Mesmo com uma ministra absolutamente engajada (ministra Eleonora Menicucci, na Secretaria de Políticas para Mulheres), nada avançou, porque ela não podia falar nada. E, para falar a verdade, foi um retrocesso se olharmos para o fato de que os serviços que oferecem aborto legal (para os casos previstos em lei) terem sido cortados pela metade nesse governo.”

Para Nalu Faria, da coordenação nacional da Marcha das Mulheres, o debate acabou prejudicado por conta da conjuntura conservadora tanto do Congresso, quanto da sociedade brasileira. Ela menciona a estratégia de José Serra, então candidato à Presidência pelo PSDB em 2010, de chamar Dilma de “abortista” na campanha.

“A partir do que foi a campanha, a gente já percebeu que ia ser muito difícil (abordar essa questão). A Dilma foi colocada contra a parede. E depois disso ela não pode ampliar o tema porque havia um conjunto de forças desfavoráveis”, afirmou.

“Ela não tinha força suficiente para operar essa correlação de forças. Mas com certeza faltou um posicionamento mais forte dela.”

As perspectivas para essa questão não reservam otimismo, na opinião das analistas. A ex-deputada Fátima Pelaes, cotada para a Secretaria da Mulher, era a favor da discriminação do aborto, mas mudou de posição ao se tornar evangélica.

Em entrevista ao jornal *Mensageiro da Paz*, Pelaes disse que “como ainda não conhecia Jesus Cristo”, defendia a bandeira por entender que “a mulher era ‘dona’ de seu corpo”.

“Coloquei o mandato à disposição de Deus. Hoje, eu defendo o direito à vida, o direito de viver tem que ser dado para todos.”

A professora da Ufscar afirma que diante de um cenário “tão conservador” no Senado e na Câmara não vê um avanço da discussão.

“Na última eleição, os partidos grandes perderam cadeiras para os mais conservadores, de origem cristã. Eles aumentaram muito seu poder dentro do Congresso e por isso a tendência é que esse debate não aconteça”, disse a professora da Ufscar.

“Cada vez mais estamos virando uma teocracia. Além disso, temos uma sociedade conservadora, que promove a santificação da maternidade. E com essa sobreposição da questão religiosa e desse fator cultural, a discussão não avança mesmo”, observou Débora Diniz.

Igualdade no mercado de trabalho

Entre os avanços registrados no governo Dilma, as entrevistadas citam a maior presença das mulheres no mercado de trabalho formal. Segundo elas, programas sociais como Bolsa Família e políticas públicas de acesso à

educação, como o Pronatec, permitiram que mais brasileiras tivessem registro em carteira.

Segundo relatório da ONU Mulheres Brasil de 2015, as mulheres são maioria entre as beneficiárias de programas sociais. E também estão mais presentes nas empresas e escolas.

“O programa do governo de Dilma em termos de políticas públicas teve um impacto significativo na vida das pessoas mais pobres, especialmente das mulheres negras”, diz a representante da ONU Mulheres Brasil, Nadine Gasman.

Os dados da entidade também mostram um aumento de 800% no número de microempreendedoras individuais em seis anos, passando de 21 mil em 2009 para 2,1 milhões em 2014. Desse total, mais de 495 mil pertenciam ao Bolsa Família.

Para a diretora-executiva do Instituto Patrícia Galvão, Jacira Melo, o programa teve uma participação importante na emancipação feminina já que nos mandatos de Dilma mulheres se tornaram titulares do benefício nas famílias. Antes, com Lula, homens também poderiam ser responsáveis pelo cartão.

“[Essa mudança] só acontece quando o governante tem a percepção de que, na família, as mulheres são uma unidade, não só um indivíduo. O parceiro, quando tem a titularidade, pode passar para frente o Bolsa Família, gastar com outras coisas, a mulher não.”

Melo teme que isso possa mudar com o novo ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra. Logo antes de sua posse, Terra disse que o Bolsa Família “não pode ser um objetivo de vida”.

“Eu acho que não deve se mexer nisso agora, mas tem de se oportunizar a saída do programa. As pessoas têm que ter renda e não pode ser objetivo de vida viver só de Bolsa Família e o que está acontecendo é isso”, afirmou o ministro.

Melo contesta a fala de Terra: “Ele não entendeu nada. Na extrema pobreza

em que vive uma parcela considerável da população, isso não é um objetivo, é uma extrema injustiça”.

Além da concessão do Bolsa Família, a coordenadora da pós-graduação em Ciência Sociais da UERJ Clara Araújo cita as condições mais flexíveis de empréstimos no Minha Casa Minha Vida e em outros programas de crédito habitacional, o que beneficiaria as mulheres.

“Você sabe que as mulheres, quando são chefes de família sem cônjuge e com filhos, têm uma renda menor. Se não houver um olhar em relação a isso, elas serão sempre excluídas.”

No entanto, a professora critica o foco da maioria das políticas nas mães, deixando de lado as necessidades e desejos das mulheres mais jovens ou solteiras.

“Há sempre uma tensão entre afirmar as mulheres como sujeitas de si, como pessoas de direito só por serem mulheres, e o discurso da maternidade, de vê-las sobretudo como mães.”

Segundo as entrevistadas, outra medida favorável à emancipação feminina no governo Dilma foi a aprovação da “PEC das Domésticas”, emenda constitucional que amplia os direitos das empregadas domésticas. O texto que regulamenta a PEC foi publicado no Diário Oficial em junho de 2015 e garante sete novos direitos a essas profissionais, como auxílio-creche, seguro-desemprego e salário-família.

A lei que permite as empresas ampliarem a licença-paternidade de 5 para 20 dias também é mencionada como tópico positivo. Em março, Dilma sancionou o texto, que cria a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância e permitiria que pais dividissem os cuidados com as crianças por mais tempo.

Combate à violência e ao feminicídio

Colocar todas as ações previstas na Lei Maria da Penha em prática foi para Jacira Melo, do Instituto Patrícia Galvão, um dos principais destaques do governo Dilma no combate à violência doméstica - tópico muito bem avaliado pelas especialistas consultadas.

“A sensibilidade [do governo] possibilitou ações significativas para acesso à Justiça e O acolhimento das mulheres nos espaços urbanos e rurais. Isso foi absolutamente novo”, diz Melo.

Ela cita também a Lei do Feminicídio, que tipifica o crime de feminicídio (assassinatos cuja motivação envolve o fato de a vítima ser mulher) e aumenta as penas previstas pelo Código Penal para esse delito. O texto foi sancionado no Brasil em março de 2015.

A inauguração de centros de acolhimento de vítimas de violência, as Casas da Mulher Brasileira, está incluída nessas medidas, segundo Nalu Faria, da Marcha das Mulheres. No entanto, pondera, a presença dos centros não foi tão extensiva quanto prometido - até agora duas unidades foram abertas.

“O programa previa uma casa por capital, o que não foi feito, mas ao menos cria uma referência interessante para ser implementada.”

Em entrevista à BBC Brasil, a nova titular da Secretaria de Direitos Humanos - que na gestão Michel Temer foi incorporada ao Ministério da Justiça -, Flavia Piovesan, afirmou que a violência contra a mulher é uma das prioridades do governo, junto às ações afirmativas para negros.

“[A prioridade] é como combater, prevenir e implementar de maneira mais plena a Lei Maria da Penha em todo o país.”

Questão de gênero e diversidade sexual nas escolas

Uma das grandes polêmicas durante o governo Dilma foi a da cartilha formulada pelo Ministério da Educação para abordar a questão de gênero e a diversidade sexual nas escolas públicas. Essa também era uma das pautas dos ativistas pela igualdade de gênero e acabou não indo para frente.

Logo que a notícia da cartilha, chamada “kit anti-homofobia”, surgiu em 2011, uma enxurrada de críticas vieram, além de uma pressão da bancada evangélica e católica do Congresso, e tudo isso fez com que Dilma recuasse.

O kit era parte do projeto “Escola sem Homofobia” e tinha como objetivo abrir um debate nas escolas sobre temas como gênero e suas desigualdades,

homofobia, diversidade sexual e luta pela cidadania LGBT.

“Não se trata de recuo. Se trata de um processo de consulta que o governo passará a fazer, como faz em outros temas também, porque isso é parte vigente da democracia”, disse Dilma à época. O tema não voltou mais à tona desde então.

Para Maria do Socorro Braga, assim como a discussão o aborto, essa também não vai evoluir por causa do Congresso “conservador”.

“Essas questões não vão ser colocadas em pauta em um Congresso tão conservador. Além disso, hoje temos uma grande parte da população que rejeita a pauta mais progressista”, analisou.

Já Flávia Piovesan, dona da pasta dos Direitos Humanos no governo Temer, considera esse tema como uma de suas prioridades.

“Acho muito importante termos o diagnóstico: onde estamos e para onde vamos. E uma das minhas prioridades é trabalhar a questão da homofobia. Não podemos admitir desperdício de vidas em razão da intolerância pela diversidade sexual.”

Ingrid Fagundez e Renata Mendonça

Acesse no site de origem: [Ter 'presidenta' fez diferença para as mulheres?](#)
(BBC Brasil, 26/05/2016)

Eleonora Menicucci fala sobre os avanços das políticas para as

mulheres

(SPM, 11/05/2016) A secretária especial de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, fala sobre ações e programas implantados nos últimos 13 anos. Na mensagem, destaca os direitos alcançados com as leis Maria da Penha, do Feminicídio, das Domésticas, entre outros, que demonstram a importância de uma pasta que cria políticas que salvam a vida de milhares de mulheres todos os dias. Eleonora Menicucci, que há cerca de cinco anos encontra-se à frente da Pasta, faz também uma avaliação do cenário atual e dos reflexos sobre os programas em desenvolvimento.

Acesse no site de origem: [Eleonora Menicucci fala sobre os avanços das políticas para as mulheres \(SPM, 11/05/2016\)](#)

Unaid: novos estudos são “avanço significativo” na prevenção ao HIV

(Rádio ONU, 25/02/2015) Conferência nos EUA apresentou pesquisas com medicamentos de profilaxia pré-exposição; chefe do programa da ONU afirmou que resultados são “importantes” para ações globais para acabar com a epidemia de Aids até 2030.

O Programa Conjunto sobre HIV/Aids, Unaid, saudou nesta terça-feira os resultados de uma série de estudos clínicos recentes sobre os efeitos de medicamentos antirretrovirais. As pesquisas foram apresentadas em uma conferência em Seattle, nos Estados Unidos.

Segundo o diretor-executivo do Unaid, Michel Sidibé, os resultados são

“oportunos, importantes e vão avançar as ações globais para acabar com a epidemia de Aids até 2030”.

Prevenção

Na Conferência sobre Retrovírus e Infecções Oportunistas, o resultado de dois diferentes estudos sobre medicamentos de profilaxia pré-exposição mostrou 86% de eficácia na prevenção de novas infecções por HIV entre homens que fazem sexo com homens.

Uma terceira pesquisa abordou casais chamados sorodiscordantes, ou seja, onde apenas um dos parceiros vive com HIV. Segundo o estudo, acesso a este tipo de medicamento para a pessoa que não vive com o HIV combinado com acesso a terapia antirretroviral para a que é HIV positivo foi 96% eficaz em prevenir novas infecções.

Sidibé afirmou que “estes novos resultados são avanços significativos no progresso das ações para fornecer opções eficazes de prevenção ao HIV para homens que fazem sexo com homens e casais sorodiscordantes”.

Mulheres

Um quarto estudo, na África do Sul, teve menos sucesso. Apesar da pesquisa, que envolveu mulheres com risco maior de infecção por HIV, ter mostrado resultados decepcionantes, o estudo ainda fornece informação valiosa sobre a necessidade urgente de encontrar novas e eficazes opções de prevenção ao HIV para jovens mulheres.

O Unids une ações de 11 organizações da ONU e trabalha com parceiros nacionais e globais para acabar com a epidemia de Aids até 2030.

O programa parabenizou todos os pesquisadores e saudou a “opção adicional altamente eficaz de prevenção ao HIV” oferecida pela profilaxia pré-exposição.

Laura Gelbert

Acesse no site de origem: [Unids: novos estudos são “avanço significativo” na prevenção ao HIV \(Rádio ONU, 25/02/2015\)](#)

Comunidade LGBT ganha domínio próprio na internet

(O Globo, 11/02/2015) Empresas e organizações poderão ser facilmente identificadas pela extensão '.LGBT'

A partir desta semana, a comunidade LGBT na internet poderá ser reconhecida por um domínio próprio. Desde terça-feira, a extensão “.LGBT” pode ser requisitada por pessoas, organizações, negócios e outras instituições que servem à causa. A ideia é que o endereço substitua o conhecido “.com” e reforce a presença da comunidade na web.

— A imensa e vibrante comunidade LGBT agora tem um endereço que abarca toda a amplitude e diversidade de pessoas LGBT em todo o mundo, de maneira inclusiva e protegida — disse Roland LaPlante, diretor de Marketing da Afiliás, empresa responsável pela distribuição do domínio. — O novo domínio “.LGBT” fornece endereços de e-mail e de sites que carrega instantaneamente a marca da comunidade. Empresas e organizações podem usar o domínio para se destacar em um mercado cada vez mais competitivo de oferta de bens, serviços e ideias para esse público.

O domínio “.LGBT” está sendo distribuído pela Afiliás, segunda maior empresa do ramo no mercado, atrás apenas da GoDaddy. Para garantir o uso correto da extensão, a empresa criou uma política de uso específica. Para fazer o pedido de registro, basta acessar a [página get.lgbt](http://pagina.get.lgbt).

Segundo a Afiliás, cinco endereços conhecidos da comunidade LGBT já adotaram o novo endereço. A Original LGBT Expo, organizadora de eventos voltados para esse público, é uma delas.

— O lançamento do domínio LGBT é uma das maiores mudanças recentes no mercado de consumo. negócios e organizações que reconhecem o poder do consumidor LGBT agora podem ser facilmente identificadas por esse domínio

— disse Jay Hand, diretor executivo da organizadora de eventos.

Desde 2012, a Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (Icann, na sigla em inglês) vem distribuindo novos domínios de topo. No Brasil, a cidade do Rio de Janeiro conquistou no ano passado o direito de distribuir a extensão “.rio”.

Acesse o PDF: [Comunidade LGBT ganha domínio próprio na internet \(O Globo, 11/02/2015\)](#)

Bancada feminina da Câmara se organiza para aumentar participação e evitar retrocessos

(Portal Fórum, 05/02/2015) Deputadas se articulam para combater o cenário de desigualdade de gênero nas instâncias de poder do Parlamento; no último domingo, pela primeira vez na história, duas mulheres foram escolhidas para integrar, simultaneamente, a Mesa Diretora da Casa

Na eleição da Câmara dos Deputados, realizada no último domingo (1), algo de inédito ocorreu. Pela primeira vez, duas mulheres foram escolhidas para integrar, simultaneamente, a Mesa Diretora da Casa. Com 456 votos, Mara Gabrilli (PSDB-SP) foi eleita para a 3ª Secretária, e Luiza Erundina (PSB-SP), com 372 votos, foi eleita para a 3ª suplência. Antes delas, no biênio 2011-2012, Rose de Freitas (PMDB-ES) havia se tornado a primeira deputada a ocupar um cargo na Mesa, como 1ª vice-presidente.

Se considerarmos as últimas três legislaturas, os números indicam para uma profunda e crônica desigualdade de gêneros. Somente 8,7% das presidências de Comissões Permanentes foram ocupadas por mulheres; 2,5% das relatorias de medidas provisórias foram feitas por mulheres; e só duas

deputadas presidiram comissões mistas para apreciação de medidas provisórias.

A ausência de mulheres não é tônica apenas nos espaços de poder e decisão, mas na Câmara como um todo. A legislatura que se iniciou no último dia 1º contará com maior número de deputadas do que a anterior: até dezembro de 2014, elas eram em 45; agora, são em 51. Ainda assim, representam, atualmente, apenas 9,9% de um total de 513 parlamentares. A dificuldade das mulheres no acesso às altas esferas políticas do Brasil o colocou na 129ª posição em um ranking de 189 países, produzido pela União Interparlamentar (UIP), que mede a participação feminina no Parlamento.

“Na nossa avaliação dos possíveis avanços do trabalho que realizamos no ano passado, chegamos à conclusão de que a pressão, as mudanças legais foram bem mais além do que a conquista do processo eleitoral. Nós quase que não crescemos, apesar da intensa mobilização que foi realizada com o Supremo Tribunal Eleitoral, Ministério Público Eleitoral, campanhas institucionais para a mudança da legislação”, explica a deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), coordenadora da bancada feminina da Câmara, que, para tentar reverter essa quadro, lançou, no final do ano passado, uma plataforma de atuação para esta legislatura.

O documento se baseia em quatro pilares. Um deles é a defesa rigorosa da manutenção das conquistas legislativas mais recentes das mulheres brasileiras. Essa é uma das maiores preocupações de Luiza Erundina, que se diz pessimista em relação à atuação da nova Câmara, cuja composição, de acordo com ela, é “mais conservadora, de pessoas que não têm compromisso com mudança, avanços e modernidade”. “Acho que, em vez de se avançar, temo que se retroceda, que se comprometam conquistas importantes”, argumenta. “Mas, ao mesmo tempo, mudanças, conquistas e preservação de direitos você consegue com força política, e essa força política a gente constrói na relação com a sociedade, não no âmbito das instituições”.

Para fortalecer essa relação com a sociedade, Erundina pretende, como um dos pontos centrais de seu mandato, apertar os laços com movimentos sociais. “Há umas duas legislaturas, havia muito mais articulação entre a bancada [feminina] e os movimentos de mulheres, as entidades feministas.

Isso reforçava a atuação da bancada, e a bancada se tornava canal, ferramenta a serviço das demandas desses movimentos”, relembra.

Outro eixo de atuação da bancada feminina diz respeito ao estabelecimento de um novo padrão de ocupação dos cargos de poder da Casa, mais inclusivo e democrático, que suponha a representação de ambos os sexos. Para tanto, as deputadas focarão na apreciação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 590/06, de autoria de Erundina, que determina a presença obrigatória de parlamentares mulheres e homens nos órgãos de direção da Câmara e do Senado. Na avaliação da deputada, a matéria ainda não foi votada – embora já aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) –, por enfrentar resistência. “Em geral, a presidência e a Mesa Diretora da Câmara são constituídas por maioria de homens. Não interessa a eles ampliar a participação das mulheres nos espaços de poder da Casa, porque isso significa diminuir o poder deles”, assinala.

Atuação

Segundo Jô Moraes, há a possibilidade das deputadas da bancada feminina votarem juntas, independente de seus partidos, quando os projetos forem relacionados à participação das mulheres na política e nos espaços de poder. Essa questão foi levantada em uma reunião em dezembro, mas agora é necessário rediscuti-la com as novas parlamentares que ingressaram.

Questionada sobre como a bancada lida com divergências políticas e religiosas que engloba, Moraes foi categórica. “Da coordenação da bancada, saem propostas que são de consenso para defesa conjunta. Do ponto de vista dos direitos políticos e da participação das mulheres no poder, não tem diferenças. Quanto às questões dos direitos sexuais e reprodutivos e da violência contra a mulher, em geral, cada deputada atua isoladamente. Nós não vamos impor uma maioria em torno das questões religiosas”, afirma.

Quanto aos projetos prioritários para o grupo, por ora também não há uma definição, que deve ser alcançada ao longo das conversas com as deputadas eleitas em outubro. Moraes, entretanto, relembra as matérias mais defendidas pelo bloco recentemente. “Nos últimos anos, e principalmente no último, a bancada feminina colocou três prioridades: a PEC da Luiza

Erundina; o projeto de lei da deputada Alice Portugal [PCdoB-BA] sobre relação de igualdade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho; e os projetos da CPMI da violência contra a mulher. Não conseguimos a PEC nem o PL, e dos treze projetos da CPMI, só aprovamos aqui na Câmara dois secundários. Por isso que colocamos como preocupação central uma pressão maior para a aprovação desses projetos”, esclarece.

União

A deputada Ana Perugini (PT-SP) iniciou, nesta semana, sua atuação em Brasília. Ela, que habitou, até ano passado, a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), é uma das novas integrantes da bancada feminina da Câmara. Para ela, a articulação das parlamentares é fundamental. “Espero que possamos nos reunir enquanto mulheres aqui no Parlamento para dar sustentação à nossa participação na política. Eu desconheço uma outra forma de transformação da sociedade que não seja organização para reivindicarmos e adquirirmos nossos direitos”, declara.

Mara Gabrilli compartilha desse ponto de vista. Sua experiência como candidata a um cargo da Mesa Diretora, inclusive, diz muito sobre união e empoderamento de outras mulheres. “A hora em que apareceu meu nome como candidata à 3ª Secretária, a mulherada toda se empolgou. As mulheres se unem, independente do partido, do estado, porque são mulheres”, coloca.

Ela quer abrir um novo precedente nesse sentido. “É bem curioso como uma mulher inspira confiança principalmente para outra mulher. Como eu assumi esse cargo de 3ª secretária e não vou poder frequentar as comissões, estou dando andamento para os meus projetos para que tenham relatores. E já estou entregando nas mãos das mulheres do meu partido”, conta. “Estou representando as mulheres nessa secretaria.”

[table id=5 /]

Anna Beatriz Anjos

Acesse no site de origem: [Bancada feminina da Câmara se organiza para aumentar participação e evitar retrocessos \(Portal Fórum, 05/02/2015\)](#)

No Dia Nacional da Visibilidade Trans, ONU lembra avanços e desafios no Brasil

(ONU Brasil, 29/01/2015) Em declaração emitida pela ONU no Brasil para lembrar a data, a Organização lembra que “em todas as regiões do mundo há relatos de discriminação e outros tipos de violência contra a população trans”

Nesta quinta-feira (29) comemora-se, no Brasil, o Dia Nacional da Visibilidade Trans e em 2015, a data tem por objetivo alertar os brasileiros para a discriminação e violência a que são submetidos os homens e mulheres trans e chamar a atenção para a necessidade de propor medidas que assegurem sua proteção e a garantia de seus direitos humanos.

Em Declaração emitida para lembrar a data, a ONU no Brasil lembra que, em todas as regiões do mundo, “há relatos de discriminação e outros tipos de violência contra a população trans”. Desde 2011, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas tem produzido relatórios sobre legislação e práticas discriminatórias baseadas na orientação sexual e identidade de gênero de indivíduos para colaborar com este assunto.

De acordo com o Registro de Violência contra as Pessoas LGBTI na América, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização de Estados Americanos (OEA), divulgado em dezembro de 2014, o Brasil é o país líder no continente em número de mortes violentas de pessoas trans: apenas entre janeiro de 2013 e março de 2014, o Brasil registrou 140 casos, seguido do México (40), Venezuela (18), e Colômbia (17). “Ser uma pessoa trans, portanto, é correr o iminente risco de ser assassinada, violentada, privada de sua liberdade e dos serviços básicos prestados à população”, diz a Declaração da ONU no Brasil.

Mas, lembra a Declaração, “as pessoas trans não sofrem apenas por conta da

especial violência exercida contra elas, mas são uma população vulnerável em múltiplas dimensões”.

Apesar dos avanços do país nesta área, como quando o “Brasil liderou em 2014 o processo de adoção no Conselho de Direitos Humanos da ONU de uma resolução sobre orientação sexual e identidade de gênero”, a declaração da ONU acredita que estes ainda não são suficientes. O documento emitido nesta quinta, lembra que “de acordo com pesquisa do Perfil dos Municípios Brasileiros de 2012 que recolhe dados das 5.565 cidades no país, 99 municípios (1,8%) desenvolviam em 2011 programas acerca do reconhecimento de direitos fundamentais; 79 cidades brasileiras aprovaram medidas anti-homofobia; e 54 (1%) atuam sobre o reconhecimento do nome social adotado por travestis e transexuais’.

Acesse no site de origem: [No Dia Nacional da Visibilidade Trans, ONU lembra avanços e desafios no Brasil \(ONU Brasil, 29/01/2015\)](#)

Ministra Luiza Bairros apresenta destaques de quatro anos de promoção da igualdade racial

(SEPPIR, 04/12/2014) Exposição fez parte da programação do evento de balanço de gestão da SEPPIR no período de 2011 a 2014. Entre representantes da sociedade civil, governos municipais, estaduais e do DF, instituições parceiras e servidores do órgão federal, a atividade teve a participação de cerca de 400 pessoas

Leia também: [ONU denuncia possível padrão de impunidade em brutalidade contra negros \(EFE, 05/12/2014\)](#)

Entre 2013 e 2014, as vagas nas universidades federais cresceram 9,8%. No

mesmo período, essa ampliação foi de 38% para estudantes cotistas. O dado revela mudanças no perfil étnico-racial das instituições de ensino superior e foi apresentado ontem (04/12) pela ministra Luiza Bairros (Igualdade Racial) no evento de balanço de gestão da SEPPIR, órgão da Presidência da República que coordena desde o início do mandato da presidenta Dilma.

Além das medidas adotadas para ampliar o acesso de pessoas negras às universidades, a chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) falou de ações afirmativas em outras áreas. No campo do trabalho, destacou a reserva de vagas em concursos públicos federais e o Programa Bolsa Prêmio Vocação para a Diplomacia, do Ministério das Relações Exteriores, que já beneficiou 354 candidatos, 20 dos quais aprovados no concurso de admissão da carreira diplomática.

No segmento cultural, o destaque foi dado aos editais de apoio a projetos de artistas negras e negros que, segundo o presidente da Fundação Cultural Palmares, Hilton Almeida Cobra, contaram com recursos da ordem de R\$34 milhões nos últimos dois anos.

Mas foi com o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) e o Sistema de Monitoramento da Política, que a ministra iniciou sua apresentação no evento “SEPPIR: Balanço de Gestão 2011-2014”. Ela explicou que estas ferramentas foram fundamentais no esforço pela institucionalização da política, favorecendo a descentralização, o fortalecimento de órgãos e conselhos sobre a temática, o aprimoramento da gestão de dados e a constituição de um espaço de pactuação, o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial, o Fipir.

Perspectiva racial

A fala da ministra Luiza Bairros destacou a incorporação da perspectiva racial no Plano Plurianual (PPA 2012-2015), a partir da adoção de ações afirmativas, mas, também, pelo fortalecimento de ações para comunidades tradicionais, a promoção de direitos da juventude negra, e as iniciativas para reversão da representação negativa da pessoa negra.

Resultados do Programa Brasil Quilombola (PBQ), como a instalação da Mesa

Nacional de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola e a aprovação das Diretrizes Curriculares da Educação Escolar para o segmento, estiveram entre os destaques relacionados ao fortalecimento de ações para comunidades tradicionais. Assim também o Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades de Matriz Africana e o I Encontro Nacional dos Povos Ciganos, realizado ano passado, em Brasília.

No eixo 'promoção de direitos da juventude negra', o Plano Juventude Viva foi relevado como articulação entre 11 ministérios, presente em seis estados e uma capital. Lançado inicialmente no estado de Alagoas, o plano tem iniciativas focadas na desconstrução da cultura de violência; na inclusão e criação de oportunidades e garantia de direitos; na transformação do território; aperfeiçoamento institucional; mobilização e acompanhamento do plano.

Reversão

Com a perspectiva de contribuir para a reversão das representações negativas da pessoa negra, a ministra lembrou ações como os editais de cultura e produção artística, lançados em parceria com o Ministério da Cultura; falou sobre o seminário de comunicação sem racismo; sobre o Curso de Gênero, Raça e Etnia para Jornalistas; o apoio a encontros nacionais da Conajira (Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial).

Mereceu destaque, ainda, a parceria com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) que, além da veiculação da novela angolana Windeck, prevê apoio à produção e circulação de conteúdos audiovisuais. As campanhas 'Juventude Viva' e 'Igualdade Racial é pra Valer', que mobilizou a Caixa Econômica, o Senado e a Câmara Federal, os Correios, a Casa da Moeda, os Estados da Bahia e do Rio de Janeiro, entre outras instituições, também foram lembradas.

Outros eixos tratados na apresentação da ministra para sintetizar a atuação da SEPPIR no período foram o 'Acompanhamento Legislativo' e a 'Participação Social'. Este último, foi base para a realização da terceira Conferência de Igualdade Racial, instituição do processo eleitoral para

composição do Conselho da pasta, audiências do movimento negro com a presidenta, Fórum Interconselhos e a consulta para implementação do Sinapir.

A cooperação internacional também foi focada, com destaque para os organismos internacionais como as agências das Nações Unidas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, mas a ministra resgatou o Encontro Ibero-Americano do Ano Internacional dos Afrodescendentes (Afro XXI), realizado em Salvador, no primeiro ano de sua gestão, para falar da articulação regional feita pela SEPPIR no período.

Acesse no site de origem: [Ministra Luiza Bairros apresenta destaques de quatro anos de promoção da igualdade racial \(SEPPIR, 04/12/2014\)](#)

Governo da China propõe primeiro projeto de lei contra violência doméstica no país

(Fórum, 28/11/2014) Durante muitas décadas, abusos, que atingem 40% das mulheres, foram marginalizados pelas autoridades chinesas. Por muito tempo, o assunto era um tabu, classificado como tema privado na cultura chinesa, ressalta a agência de notícias oficial Xinhua. Nos últimos anos, contudo, os chineses começaram a debater mais sobre a questão, após escândalos como o caso de Kim Lee, esposa norte-americana de um empresário chinês que alegou publicamente que o marido a abusava.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Governo da China propõe primeiro projeto de lei contra violência doméstica no país \(Fórum, 28/11/2014\)](#)

Mulheres eleitas em 2014: velhos e novos desafios

(CFEMEA, 27/11/2014) As acirradas eleições deste ano, que tiveram início em 5 de outubro e foram concluídas no dia 26 de mesmo mês com o segundo turno, apresentaram-nos antigos problemas referentes à representação política das mulheres, bem como novas preocupações.

Acesse aqui o documento em PDF: [Análise das eleições - Mulheres eleitas em 2014: velhos e novos desafios](#)